

ASSOCIATIVISMO E PERSONALISMO DOS MEDIADORES FORMAIS: DILEMAS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ASSENTADOS RURAIS PELA INTERVENÇÃO ESTATAL¹

Delma Pessanha Neves²

Resumo: Por este texto, exponho reflexões em torno dos dilemas e contradições da integração de categorias socioeconômicas na ação estatal mediante o associativismo, condição para reconhecimento formal e para a representação jurídica, todavia seguindo os preceitos da construção de um nós celebrante de formas de solidariedade. Mediante estudo de caso, incorporo dados obtidos em entrevistas e textos de atas de uma das associações representativas de assentados rurais no estado do Rio de Janeiro. Demonstro então alguns dos problemas dessa impositiva interdependência política, bem como das consequências em termos dos desdobramentos de processos de assentamento vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Palavras-chave: Associativismo; Assentados rurais; Mediadores políticos.

Abstract: For this text, it's expose reflections on the dilemmas and contradictions of integrating socioeconomic categories in the state action for the association, a condition for formal recognition and legal representation, however following the precepts of building a us like a

¹Uma versão preliminar do texto, para esta edição sendo revista, foi publicada em In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. de S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais no Século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011.

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, bolsista de produtividade do CNPq.

celebrant forms of solidarity. Through case study, it's incorporate data from interviews and texts of minutes of one of the associations representing rural settlers in the state of Rio de Janeiro. Then demonstrate some of the problems that imposing political interdependence, and the consequences in terms of the unfolding process of settlement linked to the National Agrarian Reform Program.

Keywords: Association; Rural settlers; Political mediators.

Introdução

No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por *correr atrás*, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis. Comungando das mesmas perspectivas, pesquisadores recorrentemente as estudam a partir das respostas a determinadas demandas sociais, motivo pelo qual a análise recai sobre as avaliações.

Neste artigo, a partir de entrevistas com dirigentes e associados, bem como da leitura das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, analiso uma das associações inerentes ao processo de assentamento rural, referido ao programa nacional de reforma agrária. A pesquisa empírica mais ampla foi realizada junto a 14 associações de agricultores no estado do Rio de Janeiro; e levada a efeito no ano de 1999. Por esta análise, coloco em relevo os modos de constituição do projeto e dos valores militantes que presidem à vida institucional, considerando as formas organizacionais e de mobilização dos associados.

As virtudes do projeto associativo e dos valores coletivos da ação militante são compreendidas pela análise das maneiras de viver e de agir em conjunto, diante de determinadas definições de problemas, reivindicações e resoluções. Por esta perspectiva, debato uma das questões mais fundamentais na produção do descrédito das associações: a impossibilidade de construção de um projeto durável. Para demonstração analítica, proponho, sob articulação, confrontar dois objetivos que se interpenetram na ideia do associativismo: a cooperação voluntária e a criação de soluções para problemas precisos. Aceitando que, sob o associativismo, há um projeto de organização e de mudança sociais, demonstro que, na situação em causa, a inexistência das condições básicas à produção de adesões duráveis. Além disso, dada sua imposição por órgão do Estado, sua existência se articula, nem sempre sob êxito, ao não reconhecimento de outras

formas de alinhamento político.

Associativismo e intervencionismo estatais

No Brasil, o movimento associativo como solução intermediária para participação dos produtores agrícolas no acesso aos recursos a serem redistribuídos a partir das instituições estatais, emerge no primeiro governo de Getúlio Vargas. Com a criação da Confederação Rural Brasileira, desdobramento da organização da I Conferência Nacional da Pecuária, em 1917, as formas de associação constituíram-se num dos recursos de agregação de pecuaristas para construção coletiva da pauta de interesses. Elas se apresentaram como canais para o encaminhamento de reivindicações ao governo federal (POLIANO, 1945, p.26). Como desdobramento das ações dos dirigentes da Confederação e da Sociedade Nacional da Agricultura, visando ao reconhecimento político e à expansão do associativismo entre os proprietários rurais, o presidente da República nomeou uma comissão para estudar o problema do sindicalismo rural no Brasil - Comissão de Sindicalização Rural - e dinamizar as antigas associações rurais já existentes (POLIANO, 1945, p.80). Em 1944, a direção da Sociedade Nacional de Agricultura submeteu ao Governo o estudo de um anteprojeto de decreto-lei para a "organização da classe rural, tomando-se como ponto de partida as numerosas associações agrícolas existentes em todo o território nacional". O projeto foi posteriormente transformado em lei (POLIANO, 1945, p.90).

As existentes associações rurais estavam subordinadas às leis gerais que regiam a organização das sociedades civis. No entanto, com uma lei especial estipulando as normas jurídicas para a sua constituição, foi emergindo a organização dos sindicatos, a elaboração dos interesses dos produtores rurais afiliados a essas instituições. O reconhecimento do papel desempenhado pelos dirigentes se tornou mais eficaz. As reivindicações, elaboradas com base em mediações institucionais, puderam ser mais facilmente encaminhadas ao governo federal, estadual ou municipal.

Os governadores de Estado, no primeiro período do governo Vargas, em exercício sob a condição de interventores, colaboraram na criação de mecanismos de pressão para promulgação da legislação e, posteriormente, estimularam a fundação de novas associações rurais e a revitalização das antigas. Apoiaram e criaram formas de reconhecimento simbólico da posição ocupada pelos presidentes dessas entidades, atribuindo desempenho de tarefas destinadas à assistência técnica, ações consagradas em espetáculos públicos propiciados pela

realização de exposições agropecuárias.

Pelo Decreto-lei no. 7.449, de 9 de abril de 1945, publicado no diário oficial de 11 de abril de 1945, as associações rurais foram assim definidas:

Art. 1.º - Cada município terá uma associação rural, de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou jurídicas que exercerem, profissionalmente, atividades rurais, em qualquer das suas formas, agrícola, extrativa, pastoril, ou industrial e, também, profissionais ligados a essas atividades.

§ 1.º - Para efeitos desta lei, é considerado no exercício de profissão rural todo aquele que for, legalmente, proprietário de estabelecimento rural.

Coerentemente com os princípios que norteavam as formas de organização e atuação das entidades sindicais ou associativistas, a existência desse aparato institucional estava atrelada ao controle e à fidelidade às decisões governamentais; ou à complementação das formas de atuação de órgãos do aparelho de Estado, no caso o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura³.

Art.9.º - A associação rural instalada remeterá, ao Ministério da Agricultura, por intermédio da União, cópia autêntica da ata da sua fundação, rubricada pelo presidente da sessão em que forem aprovados os estatutos, a fim de ser instaurado processo de reconhecimento.

Art.14.º - As associações rurais criadas por êste decreto-lei..são órgãos técnicos consultivos do govêrno municipal, como do Estado, Território ou, diretamente, do Governo Federal e terão as atribuições seguintes:

- c) colaborar com os poderes públicos, no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;
- d) articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de promover a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;
- h) manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentária e jurídica a seus associados;
- j) explicar aos sócios o motivo e a extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;

³Para uma análise mais sistemática desse processo, ver também Neves (1997a; 1997b).

- k) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais no concernente à colonização, ao fomento agro-pecuário e à defesa sanitária, animal e vegetal;
- l) realizar a difusão de ensinamentos agro-pecuários, visando principalmente, a melhoria das condições do habitat rural;
- m) promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;
- q) organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações, nos meios rurais;
- r) colaborar ou mesmo executar, se essa tarefa lhe for cometida, o controle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criadas no município;
- t) realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;

Em troca dessa contribuição e adesão, os dirigentes das associações rurais recebiam recursos financeiros sob a forma de concessão de uso de prédios, de subsídios, de subvenções regulares, de insumos agrícolas (sementes, adubos, inseticidas etc):

Art 17 - O patrimônio das associações rurais, das sociedades e da União Rural Brasileira está constituído:

- a) da contribuição dos sócios;
- b) do produto da "taxa rural", que venha a ser criada para o fomento do espírito associativo na vida rural;
- c) das subvenções;
- d) das doações e legados;
- e) das rendas dos bens que sejam adquiridos; e
- f) do resultado de atividades sociais.

Art 20 - Os pedidos de subvenção das associações aos governos dos Estados e Territórios serão encaminhados pelas sociedades rurais e os dirigidos ao Governo Federal pela União Rural Brasileira.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo levantamento realizado pelo Departamento de Fomento Agrícola da Secretaria de Agricultura, (datado de 1955) entre 1939 e 1953, quarenta e duas associações foram criadas. Portanto,

algumas delas antecederam à legislação específica.

Ao projeto cultural (concebido como modernizante ou de adesão à boa civilização) posto em prática por essas instituições de representação política de interesses dos produtores rurais, o Estado, através dos titulares de órgãos componentes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e das incipientes Secretarias de Agricultura, além de estimular e apoiar a criação das associações agregou-se como parceiro na organização de cerimônias. Estes acontecimentos, como as exposições agropecuárias, festa do agricultor ou de determinados produtos como arroz, abacaxi, por exemplo, foram concebidos como espaços favoráveis à construção da "mentalidade" dos agricultores enquanto agentes solidários entre si e em estado de disponibilidade à adesão e à parceria.

Em decorrência, o associativismo entre produtores rurais caracterizou-se, desde então, como apêndice da ação do Estado no plano local. Seu ideário, contudo, incide sobre a essencialidade da instrumental capacidade de os associados afirmarem direitos, antes negados, porque esquecidos ou secundarizados pelos porta-vozes do Estado; ou pelas insistentes experiências de autoritarismo político, negadoras do exercício de formas de organização democrática. Em sendo de difícil realização sob tais circunstâncias, o movimento associativista, acenado para fazer valer direitos, reafirma a condição de descrédito dos agricultores. A instrumentalidade atribuída a essa organização política é tão forte que, embora comprometida e pertinente aos ideários democráticos, tem sido criada por instigação dos porta-vozes do aparato estatal; e emerge, inclusive, ou mesmo, contraditoriamente, em períodos de autoritarismo e cerceamento de liberdades políticas.

Associativismo e mudança oficial de posição social

O fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a certa visão de mudança do lugar social que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontrem. Por isso, o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão (instituído em crença inquestionável) *unidos venceremos*, passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à *cultura da associação*. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sociocultural e a ritos de integração e de participação, em momentos-chaves da vida associativa.

Entretanto, a criação das associações responde a uma necessidade precípua das formas de ação do Estado. Os gestores estatais, num processo de mudanças sociais publicamente reconhecidas e estimuladas, não dialogam com indivíduos. Eles impõem a afiliação a uma categoria socioeconômica, condição para ser computada na ação estatal. Exigem então, para abertura do diálogo, a construção do representante delegado. Para que este representante seja legitimado e legalizado, a construção de um nós deve visualizar a dinâmica do processo ou do movimento social em jogo. O efeito imediato é a eleição do porta-voz. Como os compulsórios associados não atribuem delegação pelo caráter formal ou impessoal que o modelo associativo pressupõe, eles investem no controle da diferenciação de saber e do prestígio inerentes ao exercício do porta-voz. E projetam formas de controle sob a modalidade de rumor ou fofoca, resistências à adesão, desqualificando de imediato o porta-voz. A sobrevivência deste leva-o a recair num personalismo que transforma o acesso ao cargo, num dom ou numa diferenciação frente aos que representa.

O encontro ou confronto de modos diferenciados de pensar a diferenciação inerente ao campo político, as respostas dos associados diante das tomadas de posição frente às instituições estatais que operam processos de redistribuição, todos esses fatores favorecem os agricultores associados a definir seu porta-voz como *quem sabe correr atrás*; quem é capaz de, por insistência, furar barreiras para assegurar a transferência de bens. Os princípios ideais pregados pelo associativismo são então negados pelos associados, que disputam entre si a transferência de bens a serem apropriados individualmente. E o porta-voz corresponde ao abnegado que é capaz de se doar em termos de tempo, recursos financeiros e capacidade de convencimento. Dificilmente os associados suportam o custo financeiro da representação delegada. O representante deve então, ele mesmo, transferir recursos para os que a ele delegam o exercício da redistribuição; ou se impor, de preferência obstinadamente, frente a toda contracorrente.

Por tais aspectos, tomando um conjunto de dados delimitados no tempo e nessa esfera de ação, analisarei a descontinuidade do funcionamento da instituição, porque dependente de altos e baixos do investimento de órgãos estatais. Nessa forma de estruturação e organização da ação política, os grupos selecionados para uma ação mais imediata com órgãos do Estado devem aceitar, enquanto um dos fatores fundamentais à própria ação estatal, a existência das associações. Consequentemente, devem aderir à construção de um projeto cujos objetivos permitam a reunião ou o engajamento dos afiliados.

A partir da leitura das atas, demonstro os contextos que tornam possível a

mobilização eficaz para as mudanças e para a existência dinâmica da associação. E, sob tais circunstâncias, as condições situacionais de adesão dos associados, condição pela qual as associações não podem ser analisadas pela reificação de seus pressupostos ou referências sempre idealizadas; nem tão pouco deslocadas do contexto que em tese lhes é próprio.

APPRSR: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Rita

A despeito de a desapropriação da fazenda Alpina (2.º distrito de Teresópolis-RJ) ter ocorrido em 1987, a APPRSR só foi criada em 1989. Sua criação se deu por desdobramento da Associação de Moradores da Fazenda Alpina, instituída no governo Sarney, para receber e redistribuir leite. Por influência de um dos técnicos do INCRA que acompanhava o processo de constituição do Assentamento Alpina, os assentados foram levados a criar a associação de produtores. Sua criação fora justificada para viabilizar a produção e a comercialização, restringindo o tipo de associado aos afiliados a esta proposta de assentamento rural e ao crédito Procerá. Restrita a 92 associados assentados e não aos cento e poucos moradores, a diretoria passou então a estabelecer convênios com o INCRA, a EMATER e a Prefeitura Municipal de Teresópolis. As atas não registram o momento de obtenção de implementos agrícolas coletivos, mas a sua administração, não se sabendo se a aquisição é anterior ou posterior à fundação dessa unidade institucional.

[...] reuniram-se os pequenos produtores rurais hortifrutigranjeiros do distrito de Santa Rita e adjacências (...) a fim de constituir uma associação de classe... (referenciados) pela... Necessidade... se organizarem para, dentro de uma associação, garantir a produção e comercialização de seus produtos... O estatuto... foi aprovado por unanimidade... Como não houve a apresentação de chapas concorrentes, apenas uma chapa se formou... foram eleitos por aclamação, sendo os mesmos a seguir empossados... por mandato de dois anos ... presidente: Carlos Alberto Silveira Martins, vice-presidente: Jair Gonçalves de Souza, Secretário: Manoel José Alves da Fonte, Vice-presidente: Amilton Alexandre de Oliveira, Tesoureiro: Antonio Jose da Cruz Filho, Diretor Comercial: Carlos Alberto Soares, vice-diretor comercial: Francisco Carlos de Oliveira Bernabe, conselho fiscal: Oswaldo Jose de Mattos, Moacir Oliveira de Paula, Manoel Pedro da Cunha Neto, Pedro de Paula Correa, Enocle Francisco de Andrade, Manoel Serrapio, Derly Jose da Silva... (Ata da assembléia de fundação, sete de maio de 1989).

Nos primeiros anos da sua constituição, a associação fora bastante dinâmica. A diretoria coordenava encaminhamentos de reivindicações para o INCRA e a transferência de apropriação de recursos pelos demandantes da condição de assentados. Dois anos após sua criação, alguns implementos agrícolas já constituíam o patrimônio coletivo e seu uso demandava consolidação de regras acordadas:

[...] informações sobre correspondência recebida pela associação... e sobre a reunião realizada no INCRA: as reivindicações feitas e as promessas do superintendente..., inclusive a definição do problema do terreno da associação, que atualmente é ocupado pelo Sr., ... que propôs um acordo: devolveria à associação o terreno e ficaria apenas com a parte que, de acordo com o mapa do INCRA, está sobrando... proposta aprovada por unanimidade (...) decisão do INCRA de remarcar as divisas de alguns lotes. A opinião geral foi de revolta, pois, segundo funcionários do INCRA, as divisas atuais seriam definitivas. Ficou resolvido que será feito um manifesto para ser entregue ao INCRA, repudiando esta decisão... Assumida pelos associados à realização de uma rifa... cujo rendimento será usado para conserto do caminhão... Discutida a situação do Sr. M... que, segundo o INCRA, não pode ocupar a terra. A opinião unânime é de que o Sr. não seja retirado do seu lote... Informações sobre os consertos realizados no caminhão e as partes que ainda têm que ser consertadas... criticada a atitude do Sr. que recebera um cheque... e levou cerca de treze dias para entregar este cheque, que será usado no conserto do caminhão... (Ata da assembléia de 25 de novembro de 1990).

[...] intenção do novo superintendente do INCRA de não aprovar os novos posseiros da fazenda Alpina. O Sr. Presidente pediu para fazer valer a vontade da maioria e a quase unanimidade dos associados optou pela inaceitação dos atuais posseiros... Sugerido que seja feita uma pauta de reivindicações a ser encaminhada ao INCRA... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A associação se constituía como espaço fundamental para elaboração das regras de convivência na nova posição. Os associados, discutindo os casos e as formas de apropriação da terra e dos benefícios a ela incorporados, foram instituindo as regras de convivência que configuravam a dimensão social e coletiva

do projeto em curso. Entretanto, o contexto em que este debate se impõe também o é de abandono do projeto de incorporação da terra como meio de produção e reprodução de modo de vida. Há uma recomposição do grupo e as regras são estabelecidas pela chegada de recém-vindos.

(a) intenção de adquirir o lote do Sr. Manoel... que faleceu... (mas) isto seria impossível, pois não é permitido que uma mesma pessoa tenha dois lotes no assentamento. (b) Várias pessoas compareceram a esta reunião manifestando o desejo de passar seus direitos, sendo vários os motivos: doença, não adaptação, financeiros, estas pessoas trouxeram a esta reunião as pessoas interessadas para que esta assembléia desse seu aval. As pessoas que assumem os lotes se comprometem a assumir as dividas dos empréstimos, colaborar com seus vizinhos, participar de mutirões e fazer parte da associação (Ata da assembléia de 25 de novembro de 1990).

(c) O Sr... quer passar os seus direitos e benfeitorias... pedindo a esta assembléia que aprove o nome... foi aprovado... (d) havia invadido o barraco que havia adquirido do... e que... deverá desocupar o lote... apesar de ocupar o lote que antes pertencia ao Sr., este, na verdade, não é seu, mas sim do seu irmão... (e) o lote do Sr... havia sido negociado varias vezes... (f) reconheceu o seu erro e disse que se retiraria do lote do... até a próxima 2^a feira à tarde... sendo funcionário público não poderia ocupar o lote. (g) O Sr... afirmou que havia comprado o lote para o seu filho. Ficou acertado que o lote para ser ocupado deverá ter aprovação do filho... durante este tempo o lote não deverá ser ocupado por ninguém... (Ata da assembléia de 10 de março de 1991).

Através das exceções ou dos casos condenados de apropriação dos recursos, o investimento na constituição de regras e princípios éticos para a constituição do comportamento dos assentados fora exercitado por várias ocasiões. Pela crítica a atitudes consideradas desviantes das normas de convivência entre interessados num projeto coletivo, um código consuetudinário se estrutura, inclusive pelo registro escrito nas atas:

(...) pessoas que foram chamadas ao INCRA e não compareceram,... receberão intimação oficial daquele órgão. Foi levantado pelo Presidente e esclarecido pelo mesmo que não havia falado que quem não produzisse deveria sair da terra. Este afirmou que não havia falado desta maneira, mas

sim que as pessoas produzam dentro de suas possibilidades. Este se referiu ao caso específico do Sr. e advertiu que a prefeitura havia passado máquina patrol, mas os assentados beneficiados não fizeram o mutirão para cortar as águas da estrada. A própria prefeitura estranhou o fato dos próprios moradores não se interessarem em ajudar. Correm o risco de não terem a estrada ensaiçada... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

O INCRA não quer a permanência do Sr... a opinião da associação é que seja feito um acordo entre as partes... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

Da mesma forma, elaborando as condições para viabilizar o projeto coletivo, participaram da coordenação do processo em que se apresentavam como principais beneficiários:

(...) o caminhão já está funcionando e os restantes dos consertos poderão ser realizados com recursos dos fretes feitos... levantado o valor do frete para os que não colaboraram para o conserto do caminhão... apoio dado a um assentado acidentado recentemente... Foi realizado um rateio para compra de um aparelho de pressão (...) marcado mutirões para consertos das estradas... para instalação de telefone público... e de construção de uma escola... foram enviados ofícios aos órgãos competentes na tentativa de resolver estes dois itens... decidida a confecção de talões de notas da Associação para facilitar a comercialização dos produtos... (Ata da assembléia de 25 de janeiro de 1991).

(...) mutirões... maioria do pessoal da área não havia comparecido... reclamou do serviço feito pelo... dizendo que este havia cortado uma mangueira de sua propriedade... disse desconhecer o problema... após esta discussão foi colocado uma proposta e aceita pela maioria: o posseiro que não comparecer aos mutirões deverá mandar uma pessoa para trabalhar em seu lugar ou pagar uma taxa de CR\$ 1.000,00 por mutirão (Ata da assembléia de 10 de março de 1991).

Os assentados se organizaram para construção de um conjunto de bens comuns, muitos deles propiciadores de prestação de serviços públicos, contando inclusive com participações especiais e pessoais. É o caso do:

Sr Enocle (que) falou sobre o terreno que será doado por ele para construção da escola, será enviado comunicado ao INCRA para autorização da construção... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Mas também a solicitação de recursos públicos... falou sobre o abrigo para o ponto de ônibus, esclarecendo que este já foi pedido à Prefeitura, assim como o posto de Saúde, o... falou sobre a escola na qual estamos reunidos... em péssimo estado de conservação, pondo em risco os alunos... preciso que se faça uma reforma... presidente prometeu ir à prefeitura para pedir que sejam agilizados estes serviços... Ficou acertado entre os presentes um mutirão para conservação das estradas, pois as chuvas poderão estragar o que já foi consertado com muito sacrifício, ficou marcada a data... para gleba Engano com o pessoal do Engano... formado em grupo para resolver os problemas de divisas do Sr... com o Sr... Alguns fatos que lá ocorreram chegaram ao conhecimento de funcionários do INCRA, que estão sempre informados dos fatos que acontecem no assentamento... Segundo um dos participantes na reunião, uma conhecida sua presenciou quando duas pessoas chegaram em uma moto, na localidade de Cruzeiro, e ligaram para o INCRA para dar informações sobre o assentamento... este fato gerou grande discussão da assembléia..., fazendo com que o presidente desse por encerrada esta reunião... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A conquista dos recursos públicos se configura como fruto da insistência na construção da demanda, por mais simples que ela pudesse se apresentar, como é o caso "problema da cobertura do ponto de ônibus... pedidos a Prefeitura e até agora não foram atendidos..." (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

Além da constituição de patrimônios materiais e imateriais no plano do Assentamento, os associados foram reconhecidos e estimulados a participar de movimentos de organização política do tipo federativo, integrando uma pauta comum de discussões. E também se negaram a participar deste movimento social para salvaguardar especificidades do processo de mudanças sociais ao qual, no plano local, se integravam.

[...] falado sobre o encontro de associações a ser realizado na sede da ABI-RJ (...) escolhidos... para participarem... (Ata da assembléia de 25

de janeiro de 1991).

[...] convite do Mutirão Sol da Manhã para um encontro a ser realizado nos dias 19, 20, 21 de abril de 1991 (...) discussão e formação de uma sociedade para resolver problemas de assentamentos no RJ (...) cada assentamento tem problemas diferentes, áreas diferentes, e que deveriam lutar cada um por seus interesses e ainda não poderíamos ficar subordinados a decisões de outros (...) seja enviada carta ao Sol da Manhã explicando esta decisão (...) e necessidade de novas eleições... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

As divisões internas, resultantes das formas diferenciadas de luta e de ocupação dos lotes, não tardaram a aparecer e a estimular a fissão do grupo, tensão por vezes administrada pela diretoria, ao tentar manter o projeto comum dos diferenciados agentes em disputa:

[...] em seguida o Sr (...) pediu a palavra e falou sobre o episódio em que envolveu (...) repudiando atos desta natureza, e tendo o apoio total da assembléia... reunião que tivera junto com o presidente desta associação com o representante do INCRA... falado sobre a segunda parcela do empréstimo aos assentados,... projeto anterior fora rejeitado pelo órgão financiador, pois apresentava erros em sua composição... projeto terá que ser refeito pela EMATER, INCRA e a Associação.

Quanto aos comentários de que os assentados mais antigos estavam sendo prejudicados pelos novos ocupantes... estes não poderiam ainda receber, não por causa dos novos, mas sim pelo fato do projeto estar errado... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

A articulação da vida associativa com as formas de tutela do INCRA, nos primeiros anos fora, tão acentuada que os associados se propunham a financiar as condições de trabalho para os funcionários do INCRA. Estes, segundo registro em ata, por problemas de ordem político-administrativa, não estavam obtendo condições financeiras para realização de trabalho externo.

O INCRA está passando por dificuldades operacionais... não há condições no momento de levar adiante o trabalho junto aos assentamentos (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

Foi proposto que os novos ocupantes dos lotes financiem o trabalho dos técnicos do INCRA para fazer as entrevistas e regularizar a situação destas pessoas, durante o período em que estiverem trabalhando na área, que segundo o... deverá ser de uma semana. ... o Sr ofereceu sua casa para acomodações... demonstraram dispostos a acomodar estas pessoas... oferecer o transporte do pessoal na área... em rateio entre os novos para realização deste trabalho... consulta a Prefeitura para saber se há condições do fornecimento do transporte do pessoal na área... novos títulos (AO) vindos de Brasília... encontram-se no INCRA... vinte e dois... serão entregues... posição do INCRA em relação ao terreno do Sr. Fermiano. O INCRA se coloca na posição de que nem... nem devem ocupar o lote... não é dele ocupar o lote... não é dele, mas sim do seu filho... novo ocupante afirmou que ira respeitar estas demarcações... falta de local para construção de uma sede comunitária... (Ata da assembléia de 14 de abril de 1991).

Sob várias formas, os princípios associativistas foram reafirmados no início do processo de institucionalização da APPRSR. No período de dois anos de mandato da primeira diretoria, foi realizada a eleição para a nova diretoria, quando estiveram autorizados a votar somente os titulares das famílias assentadas. Nesta eleição, votaram 66 associados, 43 na chapa vitoriosa. O presidente eleito, no ato de posse, definiu os princípios de associativismo pelo trabalho voluntário do ocupante do cargo, com a participação dos representados e associados. Este modo de engajamento se expressara no *engrandecimento da Associação*, objetivo missionariamente reafirmado ou militantemente evocado pela persistência da união dos interessados. Em quase todas as assembléias, ele era evocado como credo e princípio de orientação da conduta do ocupante do cargo (cf. Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Enquanto programa de ação política, o engajamento dos associados fora sistematizado num cronograma de reuniões – segundo domingo dos meses ímpares (Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

Tendo constituído patrimônio a ser administrado em prol da criação de condições gerais para a produção social, os associados se organizaram para *discutir o nome de pessoa para dirigir o caminhão da associação...*, sendo nomeado *um motorista titular (...)* e *um substituto...* Os assentados que exerceram anteriormente o cargo prestaram contas pela *entrega das chaves, documentos e relatórios contábeis*, registrados no *livro do caminhão*. Complementando esta divisão de trabalho, foi criado *um grupo de fiscais para*

cada gleba..., bem como definido publicamente o preço de frete de cada volume, o limite máximo por produtor e o direito ao serviço de transporte a partir do sítio do associado. Para cristalizar as decisões coletivas, foi elaborado um *estatuto para reger os serviços do caminhão*, sob o seguinte teor:

A prioridade é do assentamento, para serviço destinado às lavouras.

O preço dos fretes dos assentados deverá ser comunicado à diretoria, que fará o julgamento e, caso a diretoria se sinta incapaz de julgar, esta levará o problema à assembléia. Sendo que o frete deverá ser pago no ato... E em caso de devolução, esta será feita após o julgamento.

Será feito um bloco de recibos, onde constará o valor do frete e este deverá ser assinado pelo assentado e pelo motorista.

Qualquer conserto a ser feito no caminhão só poderá ser realizado com aprovação da diretoria, o pagamento será feito pela diretoria mediante recibo fornecido pelo prestador de serviço. Exceto em caso de pequenos serviços, cujo valor não poderá ultrapassar os CR\$ 10.000,00.

O caminhão deverá ter seu velocímetro funcionando, e este deverá ser lacrado, e a cada saída para fretes deverá ser anotada a quilometragem (Km), no recibo de prestação de serviço, o mesmo acontecendo na chegada. O caminhão terá um bloco com modelo a ser aprovado pela assembléia, onde constarão dados do relatório de suas atividades tais como destino, hora, etc.

O motorista que for aprovado pela assembléia poderá explorar o serviço, devendo enviar Xerox autenticadas da CNH, carteira de trabalho ou carta de apresentação de onde tenha trabalhado como motorista e carteira de identidade.

Deverá este motorista zelar pelo bom estado de conservação do veículo e este será responsável por possíveis acidentes a terceiros, em caso de negligência.

O motorista se comprometerá a fazer a prestação de contas dos serviços de quinze em quinze dias e fazer um relatório do estado do veículo a diretoria e fiscais das glebas.

Será feito em contrato entre os postos, que poderá ser desfeito em caso de inadimplência dos postos.

A maneira como será remunerado este motorista é a porcentagem de 20% de valor dos fretes.

O preço dos fretes para os assentados é de 80% do valor dos fretes

normais... (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

... A prestação de contas do caminhão do período de 02/09/1991 a 02/11... comissão de motorista... despesas de combustíveis, pneus, conserto caixa de marchas, parte elétrica e outros... mostrados... comprovantes destas despesas (...) aprovação total... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

O direito de contestação e reclamação pelos serviços prestados pelo caminhão foi assegurado, como comprova a atitude de um dos associados, que considerou que o veículo deveria trabalhar sem cobrança de fretes e que, quando fosse preciso consertá-lo, *"a comunidade deverá fazer em rateio"*. *A comunidade se manifestou contra a posição...* (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 14 de julho de 1991).

As normas de utilização do caminhão no transporte dos produtos foram sendo sistematizadas por procedimentos práticos, como confecção de talões de notas com inscrição estadual. E ficou então acertado o preço do frete de volumes, *sendo de cem cruzeiros para os assentados e de cento e vinte cruzeiros para os não-assentados* (Ata da assembléia Geral Extraordinária de 26 de maio de 1991).

A diretoria da associação, no exercício do papel mediador para tornar viável novas formas de inserção econômica e política, procurava ampliar o universo social e o mundo político institucional dos assentados, com informações sobre recursos a serem disputados⁴.

[...] presidente fez uma explanação sobre o projeto do governo do Estado, projeto em que tomou conhecimento em uma reunião no último dia sete deste mês, na secretaria de educação no Rio de Janeiro. Apesar deste projeto ter sido feito para área metropolitana, a seu pedido, Teresópolis foi incluído. Consiste este projeto em criação de Escolas para o meio rural com ensino de 5^a a 8^a série. Este ensino terá como base transmitir conhecimentos sobre a importância de saúde e desenvolvimento do meio rural, fazendo com que seja freado o êxodo rural. O Estado não quer assumir o ensino, mas constrói a escola e passa esta às Prefeituras. Consta deste projeto, a

⁴Cf. ainda Atas das Reuniões de 8 de setembro de 1991, de 17 de abril de 1998, de 26 de junho de 1998, 1^o e 11 de outubro de 1998, 6 de junho de 1999, entre outras.

alfabetização em horário noturno... O presidente falou sobre os financiamentos feitos pelo FUNDEC para comunidades com mais de quinhentas famílias... pode-se financiar projetos de eletrificação, construção de estradas... informações deverão ser obtidas nas agências do Banco do Brasil... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

[...] o INCRA dispõe de uma pequena verba que poderá ser repassada para Prefeitura, que então faria, adicionando mais recursos, a tão sonhada estrada. Existe também a proposta do Sr.(...) que arranjaria o trator e a comunidade pagaria o óleo... marcar o local da estrada com os ocupantes daquela área... (Ata da Reunião de 8 de setembro de 1991).

A descontinuidade na vinculação institucional, especialmente junto ao INCRA, teve efeitos diretos na mobilização; na assiduidade do engajamento político e da produção; e na inadimplência dos associados. Alguns dos assentados entrevistados destacaram os momentos precisos de inatividade da instituição de representação política, associando-os aos de enfraquecimento do poder dos técnicos e diretores do INCRA: governo Collor e fechamento do INCRA, inclusive aposentadoria do técnico responsável pelo projeto de Assentamento Alpina, não substituído imediatamente. A mudança de diretoria no INCRA mobilizava os assentados, na expectativa de melhoria na coordenação do processo de constituição na posição. Todavia, eram imediatamente desenganados por atos que consideraram de descaso e desgoverno. Por isso, a associação fora concebida como instituição muito articulada ao papel de intermediação do acesso ao crédito, então o Procera.

O alegado desgoverno do INCRA se traduziu em suspensão de regras de acesso à terra, expressa no que os assentados chamaram de *troca-troca* de candidatos ao assentamento. A desmobilização se generalizou com a ocupação de lotes por produtores sem vinculação ideológica ao programa de reforma agrária. Utilizando o lote como residência secundária, faziam-no sob baixa produção e fraco engajamento político e social. Alguns assentados e a diretoria da Associação reivindicaram insistentemente a intervenção de porta-vozes do INCRA para pôr fim a estas irregularidades, mas os resultados foram infrutíferos. A valorização dos lotes para lazer limitava os investimentos produtivos no Assentamento e subdividia os interesses dos segmentos diferenciadamente posicionados.

Por tais circunstâncias, o debate sobre os critérios de transferência de lotes

percorre todo o investimento institucional no processo de assentamento. Revela assim sua importância crucial na constituição de formas de organização social. Os técnicos do INCRA reafirmavam regras e pareceres contrários aos novos proponentes, mas, na prática, as decisões não foram implementadas. Na Ata da assembléia de 19 de maio de 1998, funcionários do INCRA, a diretoria da Associação e uma comissão composta por membros das 3 glebas debateram tais problemas de desvios no cumprimento das regras. A transferência de lote, sem a expressa autorização do INCRA, fora reafirmada como ilegal. As pessoas envolvidas foram ameaçadas de perder o direito ao lote e foram cadastradas como adquirentes de terras do governo. Esta categorização impossibilitaria a aquisição de parcela de terra em outras áreas. Segundo as informações dos técnicos do INCRA que foram registradas em ata, o proponente que não tivesse condições de continuar com a parcela, teria que respeitar o seguinte esquema:

Informar a associação e explicar o motivo pelo qual está desistindo. Esta, por sua vez, fará uma averiguação do caso e tentará ajudar à pessoa, para que ela não desista. Não havendo meios de permanência do associado no lote, a associação passará para o segundo passo.

Fazer uma avaliação das benfeitorias do lote, junto com o sindicato, o Lumiar, a EMATER, para saber o valor da indenização.

Informar ao INCRA a situação do parceleiro, o motivo da desistência e pedir a autorização para transferir a parcela.

Com a autorização em mãos, procurar junto ao Sindicato uma pessoa qualificada a adquirir o lote.

Como nos últimos meses foram feitas 5 transferências e que no relatório das entrevistas feitas pelo INCRA, dois casos não se mostraram satisfatórios, estes foram reprovados e notificados a desfazer o negócio...

Os outros 3 foram notificados, que durante seis meses estes serão avaliados pela associação e pelo INCRA, e só depois receberão APO/AO... (Ata da assembléia de 19 de maio de 1998).

Os entrevistados também associaram os desmandos à forma como os lotes foram divididos. Muitos ocupantes foram definidos como *assentados sobre pedras*, razão pela qual deveriam limitar o lote ao uso doméstico e à vinculação estável ao mercado de trabalho assalariado. Essas diferenciadas formas de afiliação produtiva subdividiam os interesses de segmentos diversos e colocavam em questão os princípios de projeção daqueles que se integraram pela conquista da

terra como espaço de trabalho e de reprodução familiar.

Na condição de assentados, passaram a se aglutinar de forma mais veemente nos contextos de reivindicação de crédito PROCERA, momento em que, reconhecendo o papel da associação, investiam na participação institucional e de seus dirigentes solicitavam prestação de serviços. A associação era assim concebida pela restrição ao cumprimento de meios para constituição do assentado, nos termos definidos pelo PNRA. Contudo, esta condição não se refletia em mais dinamismo ao processo de organização política, porque as associações são criadas para facilitar o processo de assentamento, mas o assentado não tem que ser obrigatoriamente associado. Entretanto, a inexistência de substrato social para a reafirmação do agricultor solidário, faz recair sobre o assentado o descrédito como ator político.

A análise a partir das funções atribuídas às associações por titulares de órgãos estatais e do reconhecimento dessa alternativa de enquadramento pelos assentados, indica a importância do estudo das negociações em jogo. A associação, mesmo que assim restrita, cria um espaço social de afiliação e permite, pela representação delegada, a interconexão de universos sociais diversos. Por isso, a costumeira valorização da contraposição entre individual e coletivo, operação que se ressalta para impingir a desvalorização da ação política do associado, mostra-se impertinente. Além disso, impede de se trazer à tona as diversas formas de apropriação que aí estão investidas. Múltiplas condições de ligações sociais podem aí aflorar e sob as restrições acenadas pelos titulares das instituições estatais que participam dessa integração em rede e sob hierarquia. Está em jogo, antes de mais nada, um conjunto de operações para gerir o acesso a recursos construídos enquanto raros. Estas modalidades de negociação têm influência na construção da concepção de liderança, o batalhador que consegue ampliar os domínios de consumos e integrar seus representados a projetos políticos amplos, como, no caso, a reforma agrária. Esta concepção de liderança não emerge apenas de uma visão supostamente distorcida dos associados, mas das condições em que o acesso a certas esferas de consumo de bens e serviços estão enquadradas ou reguladas.

Além disso, pode-se também esclarecer que a ideologia do associativismo, a solidariedade enobrecida pelo estar junto, enaltece de imediato uma sacralizada natureza humana orientada pela doação desinteressada. Todavia, a ideologia do associativismo se configura como princípio ético de controle do comportamento de quem, delegadamente, pode assim se diferenciar e desconsiderar o cumprimento do papel para o qual foi condecorado.

Em 1999, momento da pesquisa, havia 92 assentados e 60 associados participantes. Os outros só procuravam a associação para efeitos de intermediação de crédito PROCERA. Eram então definidos como *sitiantes de fins de semana*. Na eleição de abril de 1999, apresentaram-se duas chapas, tendo votado 67 associados: 40 para a vitoriosa e 27 para a concorrente.

Nos documentos da instituição, há registro de muita instabilidade no desempenho do cargo, com várias interrupções ou inatividade. Esses momentos de suspensão são acompanhados ou antecidos de vários conflitos, inclusive *impeachment* de diretores. Quando há diretoria estável, ela tende a permanecer na sucessão, por falta de candidatos concorrentes e risco de inviabilidade administrativa. Esta permanência não significa apenas, como se tende a crer, privatização do cargo, desde que se possam compreender alguns parâmetros de definição da conduta no cargo: *perpetua-se* quem corresponde ao desempenho esperado; deixa-se ao esquecimento, quem não corresponde ao padrão de transferências esperado. O presidente da associação é então pensado como alguém que deve transferir informações, mediante a aceitação do custo deste papel de mediador da interligação de universos sociais e ampliador de redes institucionais. Aquele que sabe tirar partido das vantagens relativas das instituições que se apresentam na disputa pelo controle e investimento no espaço social inerente à associação, isto é, à atribuída (ou formalizada) vida associativa.

Segundo um dos diretores entrevistados, menos que espírito associativista, os assentados se orientam pelo princípio de *cada um para si e Deus por todos*. Apesar de a diretoria manter a prática de mutirão entre os associados para realização de trabalhos coletivos ou comunitários, apenas 20 deles costumam participar e levar à frente os projetos. As acusações diante de comportamentos políticos desqualificados pelo individualismo exprimem a recorrente articulação da instituição ao acesso aos recursos oferecidos para o projeto de assentamento. Alguns assentados só participam da vida institucional até o momento em que se apropriam da AO (64 assentados haviam recebido o título definitivo em solenidade registrada na ata da assembléia de 11 de junho de 1999) e impõe à associação uma vida curta ou descontínua. Ela deve se constringer a atividades mínimas, manter-se sob hibernação, até que novas demandas ou ofertas de recursos institucionais venham a ser redistribuídos.

A diretoria, neste contexto de vida mínima, constituiu um calendário de reuniões de dois em dois meses, mas o comparecimento era desanimador. Para estimular a participação, organizava também um encontro social ou confraternização por mês, mas a frequência era baixa, até dos membros da diretoria. As festas de

confraternização eram de frequência limitada, em parte, por concorrência de igrejas que agregavam os fiéis durante todo o dia de domingo, como é o caso dos ramos do pentecostalismo instalados no Assentamento.

Os associados que aderiram à confraternização mensal colaboravam na realização de almoço, previamente planejado. A mobilização estava sendo estimulada pela inclusão de bingos e sorteios, portanto, pela ênfase do espaço de sociabilidade que a associação também representa. A diretoria, além disso, intermediava a instalação e o uso de telefone público junto à Associação, contando com a participação de associados para compra e para, em mutirão, instalar os postes condutores.

A diretoria projetava ainda, como recurso instrumental à manutenção do reengajamento político dos assentados e da vida institucional, constituir uma nova divisão de trabalho. O associado que se encarregasse da prestação de serviços deveria receber porcentagem sobre o valor a eles atribuído. Esperava assim assegurar continuidade na oferta de serviços e no acesso aos rendimentos. Além disso, projetava criar uma cooperativa de venda de insumos.

Para manter a associação, os associados ativos previram a contribuição de R\$2,00 mensais; mas ninguém, naquele momento, pagava. Por isso, a associação se encontra altamente descapitalizada, só recebendo contribuições advindas da contrapartida da prestação de serviços. A diretoria contava com a ajuda institucional do IDACO/AMAR (cf. Ata de assembleias de 15 de agosto e 5 de setembro de 1999) e, por ocasião da confraternização mensal, integrava lucros advindos da revenda de cervejas e refrigerantes. Por isso, ela terminava por financiar, com recursos próprios, todos os gastos concernentes à representação política.

A associação, no momento da pesquisa, estava formalmente estruturada pelos seguintes documentos: Estatuto - Ata de fundação - Atas - Livro de Assinatura; Imposto de Renda - RAI (a partir de 1995, atrasado) Papel timbrado; CGC 31 998 685/0001-30. Não contava com CNPJ. Estas opções revelam as expectativas em torno de possibilidades de constituição de convênios, sempre acenados, raramente objetivados. Dados os longos períodos de inatividade, os documentos estavam defasados, precisando atualização. Esta limitação tinha então consequências sobre as alternativas de construção institucional de convênios.

A associação, naquele mesmo ano, contava com o seguinte patrimônio: área cedida (0,24ha) pelo INCRA, um galpão para abrigar um caminhão 74 (em 1999, inativo por problemas mecânicos e de reposição de peça), doado pelo Ministério do Interior, uma retroescavadeira, um escritório e um espaço destinado

à montagem de loja para venda de insumos e preservação do estoque (evitando a apropriação indébita) e retroescavadeira. Através destes recursos, a diretoria projetava criar uma cooperativa. Uma das causas da inatividade dos implementos agrícolas e do caminhão era a inexistência de um tratorista destinado sistematicamente a esta atividade.

Ainda no ano da pesquisa (1999), a diretoria da associação, além da representação política, prestava serviços de retroescavadeira a R\$ 20,00 a hora para os assentados e a R\$30,00 para os não-assentados. Oferecia serviço de escritório em meio expediente. Ela alugava um caminhão para levar a produção dos assentados para o Pavilhão 30 da CEASA-RJ. Este caminhão era da propriedade particular do diretor comercial da Associação.

A diretoria da Associação intermediou um crédito PROCERA para eletrificação rural, cada associado se comprometendo a contribuir com R\$25,00 mensais em 84 prestações ou R\$2.200,00, por amortização total, no momento da implantação do projeto. Do total, uns 30 associados não honraram o compromisso, motivo pelo qual a diretoria iria construir processo judicial contra os inadimplentes (cf. Ata da assembléia de 3 de janeiro de 1999). O custo do projeto de eletrificação rural se tornou mais caro e fora assumido pelo crédito PROCERA porque a CERJ – empresa estadual de fornecimento de energia, só ofereceu o serviço sob condições precárias e risco durante períodos de tempestade. O projeto era viável para regiões planas, mas não para as montanhosas, como é o caso, no Assentamento Alpina.

A associação e a rede institucional

Uma das questões relevantes para se compreender a forma de organização política condensada no associativismo se referencia às concepções de política, poder e autoridade, por essas circunstâncias, elaboradas pelos associados. A vida associativa é percebida como caudatária dos movimentos redistributivistas de agentes estatais. Esta redistribuição revela os modos de concepção do papel e do prestígio do representante delegado, das formas que, por estas concepções, ele pode colocar em jogo para acumular prestígio e poder. Os dirigentes entrevistados assim então explicitaram a definição de facções políticas frente às instituições partidárias.

Eu não brigo com o poder público, em hipótese alguma. De vez em quando a gente fica com raiva, mas vai lá e renova os pedidos, porque, para tirar deles alguma coisa, você tem que estar sempre em contato. Mesmo que

você não seja simpático a um prefeito, que ele seja do tipo arrogante, de vez em quando você tem que estar lá, conversando com ele, com os secretários, para ver se a gente consegue alguma coisa aqui, alguma praça, alguma coisa assim, no sentido de melhorar a vida, mas, por enquanto, nada...

Nós aqui sempre rechaçamos a entrada de partidos políticos. Os assentados são bastante, vamos dizer neutros, eles não são politizados. Eles não respondem bem aos apelos de partido político também não. Eu me lembro que, durante o período de 91 a 95, que eu fui presidente, eu sempre rechacei qualquer grupo político que viesse aqui para dentro da associação. Tiveram algumas vezes pessoas de partidos que vieram aqui dentro e tal, mas aí as reuniões foram feitas nas casas das pessoas. Porque nós, no caso eu, e o pessoal concordamos na época, então nós sempre evitamos ter agremiações políticas aqui dentro. Não sei se é porque eu tive sempre essa linha de ter contato com a prefeitura, né, com o poder público constituído para tentar ver se trazia alguma coisa, então, eu sempre rechacei. E agora nós temos movimentos aí, político de um lado, político de outro que veio aqui, mas conversa na casa dos assentados (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Apresentando-se em estado de disponibilidade para participar da redistribuição, os diretores da associação são receptivos aos representantes institucionais que lhes propõem parcerias ou colaborações. Da EMATER, os assentados haviam obtido a implantação de fruticultura pela redistribuição de 25.000 mudas de *citrus*. Do SENAR, um curso de fabricação de pickles e defumados e outro sobre piscicultura:

Teve um período que veio o SENAR, fizemos alguns cursos aqui dentro. Fizemos o curso de piscicultura, que, de todos que fizeram só o Vicente levou à frente, mas, pelo menos um já levou, já deu uma arrancada. Fizemos aqui um curso de defumados, até tem o defumador que está ali no canto. Só funcionou no dia do curso e nunca mais funcionou. O pessoal do SENAR deixou aí o defumador, mas é simples, feito com uma manilha. Nós teríamos que comprar, no caso, o termômetro, mas aí acabou que não houve interesse de ninguém na comunidade, aí a gente deixou pra lá. Porque, a princípio, houve logo um entrave. Porque o vereador Noel, ele era o secretário de agricultura, aí eu chamei ele, o secretário de agricultura e disse: - vamos lá para conversar o que se tem que fazer para funcionar. Isso foi em 95. A

prefeitura, aqui em Teresópolis, ela não tinha ainda um estatuto, não é bem estatuto, ela não tinha uma posição com relação aos pequenos produtos artesanais. É uma legislação. Esse Noel disse que ia procurar saber, ele era secretário de agricultura. Mas também a secretaria de agricultura ainda estava sendo formada em Teresópolis, ainda em 95. Foi em 95 que foi feito esse curso de defumados. Veio depois o Noel e trouxe uma legislação do Estado, que ele disse que ia tentar ver se os vereadores a adaptavam para aqui, mas era tanta exigência, que tinha que ser tudo azulejado, os porcos tinham que ser colocados em pocilga, mas tinha que ser tanto por tanto, um montão de exigências..., que até eu concordo. Aí o defumador não podia ser ali, tinha que ser em outro lugar, tinha que ter acesso à cozinha, tinha que ter uma banca. Aí, quer dizer, nós tínhamos que montar uma pequena indústria, porque queijo, linguiça, tudo que você faça aqui em Teresópolis, em casa, produtos caseiros, não podem ser vendidos na cidade, porque a fiscalização pega em cima. Nós não temos feira em Teresópolis...! Se você vai à Baixada, eu fico admirado, aquelas casas com aqueles tabuleiros! Mas, aqui em Teresópolis, se você for com uma linguiça que não tenha sido inspecionada em algum lugar, é logo tirada, o cara é preso. A nossa feira é pequenininha, ela é do lado da rodoviária. Ali os produtores se reúnem as sextas, para vender alguns legumes. Uma coisa que começou, mas depois eu sai da associação, o Carlos Alberto chegou a levar à frente, chegamos a montar com a prefeitura, na época, que era um prefeito do interior, o Luís Barbosa, a gente chegou a montar uma pequena fábrica, o custo ficava em 50 e poucos mil reais, era pra comprar um fogão, assim. Aí, no caso, galinha, coelho que matasse, podia vender na feira. Mas aí passou a ter que ter autorização da prefeitura e tudo, mesmo a gente tendo chegado a montar isso, o projeto está até na prefeitura, planta e tudo, mas é que não temos dinheiro e a prefeitura não vai bancar. Fomos ao banco pegar o crédito, que financia pequenas empresas, pelo SEBRAE. Chegou o pessoal do SEBRAE vir aqui, conversamos, mas o custo era muito alto, o dinheiro é alto, aí acabou que desistimos e ficou por isso mesmo.

Os cursos não vão pra frente também porque o pessoal não leva à frente não. Só se tiver um grupo de interessados, mas aí isso tem que montar fazer uma montagem. Ver dentro da comunidade um grupo que queira assumir essa parte (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Tanto os assentados (associados ou não) como os dirigentes reclamavam da

falta de atenção por parte da Prefeitura Municipal de Teresópolis. Até o início do segundo semestre de 1999, os agricultores do município não estavam sendo beneficiados pelo crédito PRONAF infraestrutura, porque os porta-vozes do poder público, segundo avaliação dos entrevistados, não se engajavam em interesses voltados para a atividade agrícola. Estavam representados no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, mas o plano municipal de desenvolvimento rural não havia sido elaborado, "a prefeitura de Teresópolis tem secretaria de agricultura, mas ela não é ligada ao desenvolvimento rural. Ela é mais ligada a consertar estrada, dar escoamento aos produtos" (assentado entrevistado em agosto de 1999).

Reconheciam como benfeitoria obtida do poder municipal, a construção e melhoria de estradas e a oferta de Kombi escolar para transportar alunos para escolas fora do Assentamento.

Estando os assentados, no contexto da pesquisa, em processo de avaliação para a emancipação do assentamento, reconheciam os seguintes serviços de infraestrutura advindos do INCRA: construção de estradas internas ao assentamento, definição do perímetro e dos lotes e eventual assistência organizacional.

Do IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária, eles haviam sido beneficiados com um curso de apicultura e constituído relações de parceria a partir da recepção de jovens franceses durante um *chantier*.

Da UNACOOOP – União das Cooperativas, eles reconheciam a colaboração sob a forma de orientação e apoio à comercialização de produtos na CEASA-RJ. Todavia, os contatos, no contexto da pesquisa, estavam interrompidos. Os assentados aguardavam resposta à demanda encaminhada e parcialmente atendida pelos diretores da referida instituição, que abarcava análise de solo.

Não estando os assentados disponíveis para todas as alternativas apresentadas, outras instituições foram por eles rejeitadas quanto à integração a redes de aglutinação e expulsas por serem avaliadas por efeitos daninhos. Este fora o caso, no ano da pesquisa, da atitude tomada pelos assentados diante do Programa de Assistência Técnica INCRA-LUMIAR. Considerada inoperante, a equipe foi desligada por pedido da diretoria da associação.

O projeto do PROCERA que eles colocaram aqui, não foi aprovado, lá na comissão. Esse último, do custeio, porque eles fizeram um do custeio que foi aprovado, de 2 mil reais, foram colocados aqui. Eles erraram duas vezes, o último erro deles foi não colocar, que é uma coisa simples, qualquer projeto

que se faça, até para um banco particular, você tem que colocar a área em que vai ser feita a produção. Eles não colocaram aí o moço do FAT falou: - esse projeto aí pode tirar. E como tem a parte de assistência técnica nossa, que é muito carente, eles não visitavam os lotes, o pessoal vinha aqui e pedia ao Toninho, fala com eles pra ir lá visitar, de repente uma doença que estava tendo no sítio. Eles alegavam que não tinham carro, que a verba era pequena, botavam sempre a culpa no INCRA, então vamos tentar com a EMATER outra vez. Mas a EMATER em Teresópolis também está carente, porque o que fez o projeto nosso faleceu, e a EMATER só tem aqui, hoje, em toda Teresópolis, duas pessoas só.

O projeto Lumiar era para trazer verba para colocar em prática a produção, a pessoa produzir mais na agricultura para poder ter mais dinheiro, para poder se capitalizar (entrevista com dirigente da associação em agosto de 1999).

Não sem motivo, portanto, os dirigentes e os associados concebiam a dinâmica da vida associativa pela capacidade de os dirigentes *correrem atrás*, isto é, investirem na construção de redes de afiliações institucionais capazes de fazer transferir recursos.

Agora na questão da associação, a gente quer tentar ver se consegue mais algum tipo de entidade, alguns contatos, porque a gente já conseguiu com o IBAMA, fazer daqui uma reserva permanente. Agora estamos só tentando acertar essa documentação; e temos o Idaco, que é uma ONG que sempre participou com a gente, já há alguns anos, e fizemos aqui vários cursos (entrevista com um dos dirigentes da associação, em agosto de 1999).

Especificidades do caso analisado

A análise dos diversos momentos de vinculação dos associados evidencia alguns estranhamentos ou concepções próprias daqueles que são nestes termos mobilizados. Eles não correspondem às expectativas da solidariedade em absoluto. Estão em jogo certos embates derivados da diversidade cultural de concepções de poder, de modos de julgamento e de apreciação inerentes a universos sociais e simbólicos que se tangenciam, mas permanecem diferenciados. Nos espaços da associação [que operam pelo encontro dos assentados com representantes de instituições externas, públicas e privadas], assim constituídos como unidades de ação política, as divergências e os desencontros se expressam e se defrontam.

Para se reconhecer certa positividade à insistência do modelo associativista, concebido como recurso de mediação para o relacionamento de agentes diversamente posicionados, é preciso se dar atenção à dinâmica própria do funcionamento interno dessa unidade de ação política. Geralmente ela tem permanecido estranha aos interesses da pesquisa ou da compreensão sociológica. As atas das associações revelam-se como instrumento mais consolidado do encontro e da negociação das formas de concepção de registro das ações. Impondo-se o registro escrito, mesmo que sob estilo muito próprio (sob formas diversas de grafia), os associados também criam recursos para: - encaminhamento de reivindicações; - cobrança de cumprimento de palavras empenhadas; - estímulo à elaboração de discursos de anúncio de bens projetados; - redistribuição de bens e recursos entre os diversos agentes que aí se encontram engajados.

As associações não podem ser compreendidas enquanto unidades individualizadas. Elas fazem parte de um projeto (político, mesmo que sob afirmação redundante, mas para efeitos enfáticos) coletivo ou de uma ideologia de integração, devendo ser compreendidas pelas condições de suporte que as redes institucionais, às quais elas devem estar integradas, possam oferecer.

Esta proposição de compreensão sociológica permite ressaltar que os grandes problemas colocados para seu funcionamento e reprodução derivam do fato de elas existirem diante de movimentos e mobilizações temporárias. E geralmente serem definidas pela instrumentalização dos poderes públicos, pela produção descontínua de ações de utilidade social.

Os ideários que motivam a sua recorrente e sucessiva criação, recriação ou fissão, muitas vezes as colocam sob referências antagônicas. Em alguns contextos, dirigentes e associados passam a se debater diante de questões diferenciadas, num território delimitado, sem, contudo alcançar capacidade de criar ou articular novas referências e alianças.

Por isso, não se pode esquivar de compreender, mesmo que não claramente verbalizadas, mas dedutíveis dos registros sintéticos deixados à construção da memória do processo de assentamento pelas atas, as condições de emergência ou de elaboração de um projeto coletivo, princípio fundamental ao funcionamento das associações. Na ausência das condições de elaboração de um projeto coletivo, como os associados podem se referenciar a valores e a sentidos da ação, princípios fundamentais à mobilização e ao engajamento? A concepção de solidariedade, ao se assentar na palavra de ordem *unidos venceremos*, não pode ser apenas figura de retórica, a despeito de existir como crença. Ela deve

dar sinal de existência, explicitando algum efeito prático.

Ora, se as associações são comumente pensadas como resultantes de projetos coletivos e do militantismo frente a uma questão a ser enfrentada, importa entender como este ideário se objetiva e se reafirma. Entendê-las pelas especificidades das situações que as fazem emergir, é não só tomar como objeto de estudo as proposições intervencionistas, tanto as emanadas de instituições estatais como de organizações não governamentais, mas também admitir que o associativismo não pode ser apresentado como instrumento universalizável de agregação ao engajamento político e à ação coletiva.

Referências

NEVES, D.P. **Os fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997a.

_____. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

_____. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. de S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais no Século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011, p.115-144.

POLIANO, L.M. **A Sociedade Nacional de Agricultura**. Resumo Histórico. Rio de Janeiro: SNA, 1945.